

# **Demonstrações Financeiras**

## **Central Eólica Praias de Parajuru S.A.**

31 de dezembro de 2023  
com Relatório do Auditor Independente

## SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023 .....	3
BALANÇOS PATRIMONIAIS .....	5
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS .....	7
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES.....	8
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....	9
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA .....	10
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....	11
1. CONTEXTO OPERACIONAL.....	11
2. BASE DE PREPARAÇÃO .....	11
3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA .....	15
4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS .....	16
5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES .....	17
6. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS.....	17
7. DEPÓSITOS VINCULADOS .....	17
8. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL .....	18
9. FORNECEDORES .....	20
10. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES.....	20
11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL .....	20
12. PROVISÕES .....	22
13. DESMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS .....	23
14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....	24
15. RECEITA .....	27
16. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS .....	28
16. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS .....	29
17. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS .....	29
18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS .....	31
19. COMPROMISSOS.....	35

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023

Senhores Acionistas,

A Central Eólica Praias de Parajuru S.A. (“Companhia”) submete à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras e o relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

### COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social subscrito e integralizado era de R\$35.000 (R\$85.835 em 31 de dezembro de 2022), representado por 35.000.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal (85.834.843 em 31 de dezembro de 2022), de propriedade integral da Cemig Geração e Transmissão S.A.

### DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia estava com todos os seus 19 aerogeradores em operação. Contudo, 4 desses equipamentos estão limitados em 50%, pois um dos circuitos de geração dos geradores neles instalados falhou. O retorno do funcionamento desses 4 aerogeradores com 100% de capacidade está previsto para o final de 2024.t

A Cemig Geração e Transmissão, via contratos de compartilhamento de infraestrutura e de engenharia regulados pela ANEEL, presta os serviços administrativos e de operação e manutenção para a Companhia.

#### Resultado do Exercício

A Companhia obteve um lucro de R\$35.378 mil em 2023, em comparação ao lucro de R\$34.970 mil em 2022. O aumento de 1,17% no lucro.

#### Receita Operacional Líquida

A receita operacional líquida foi de R\$65.163 mil em 2023, em comparação a R\$61.461 mil em 2022, representando um aumento de 6,02%. Essa variação decorre, principalmente, do aumento nas receitas de vendas no Proinfa.

#### Deduções à Receita Operacional

Os tributos e encargos incidentes sobre a receita foram de R\$2.582 mil em 2023, comparados a R\$2.430 mil em 2022, representando um aumento de 6,26%, que acompanha o aumento da receita.

#### Custos e Despesas

Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$32.252 mil em 2023, em comparação a R\$26.471 mil em 2022, representando uma redução 6,87%. Esse aumento decorre, principalmente, do aumento com serviços de terceiros, despesas contratuais e regulatórias e arrendamentos e aluguéis.

## Resultado Financeiro

O resultado financeiro em 2023 correspondeu a uma receita financeira líquida de R\$7.909 mil, comparada a uma receita financeira líquida de R\$4.494 mil em 2022, representando um aumento de 75,99%. Essa variação decorre, principalmente, do aumento do rendimento de aplicações financeiras e da redução dos juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos

## Imposto de Renda e Contribuição Social

Em 2023, a Companhia apurou o montante de R\$5.542 mil de despesas com imposto de renda e contribuição social. Comparativamente, em 2022, a Companhia apurou o montante de R\$4.514 mil de despesas com imposto de renda e contribuição social. Esse aumento decorre, principalmente, da maior receita financeira em 2023.

## Lucro antes dos juros, tributos, depreciação e amortização - LAJIDA

O LAJIDA é utilizado pela Administração como medida de eficiência da atividade operacional e representa a capacidade potencial de geração de caixa da Companhia através de suas atividades operacionais. Em 2023, o LAJIDA da Companhia foi de R\$41.927 mil (R\$44.664 mil em 2022) e a Margem do LAJIDA foi de 64,34% (72,67% em 2022).

R\$ mil	2023	2022	Var.%
Resultado Líquido	35.378	34.970	1,17
Despesa de IR e CS	5.442	4.514	20,56
Resultado Financeiro	(7.909)	(4.494)	75,99
Amortização e Depreciação	9.016	9.674	(6,80)
<b>LAJIDA</b>	<b>41.927</b>	<b>44.664</b>	<b>(6,13)</b>

## Destinação do resultado de 2023 – Proposta da Administração

Diretoria deliberou encaminhar à Assembleia Geral Ordinária – AGO, a ser realizada em 2024, que, ao resultado do exercício de 2023, no montante de R\$35.378 mil, seja dada a seguinte destinação:

- R\$1.769 mil sejam destinados para constituição de reserva legal;
- R\$17.950 mil a título de dividendos intermediários pagos, contemplando o valor de dividendos mínimos obrigatórios de R\$16.805 mil; e
- R\$15.659 mil para pagamento de dividendos adicionais propostos.

Os dividendos devem ser pagos aos acionistas até 31 de dezembro de 2024, conforme disponibilidade de Caixa e a critério da Diretoria, fazendo jus ao recebimento os acionistas que tiverem seus nomes inscritos no Livro de Registro de Ações Nominativas na data da Assembleia Geral que deliberar sobre esse assunto.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Companhia manifesta seu agradecimento ao acionista controlador pela confiança e apoio recebido durante o ano. Estende, também, os agradecimentos às demais autoridades federais, estaduais e municipais.



KPMG Auditores Independentes Ltda.  
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários  
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil  
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil  
Telefone +55 (31) 2128-5700  
kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da**

**Central Eólica Praias de Parajuru S.A.**

Belo Horizonte - MG

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Central Eólica Praias de Parajuru S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira Central Eólica Praias de Parajuru S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

### Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 04 de junho de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC SP-014428/O-6 F-MG



Samuel Alisson Epaminondas Cabral  
Contador CRC GO-018421/O-0

## BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de Reais)

### ATIVO

	Nota	2023	2022
<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	3.234	10.916
Títulos e valores mobiliários	4	6.750	63.736
Contas a receber de cliente	5	19.148	16.654
Tributos Compensáveis	6	1.230	1.717
Depósitos vinculados	7	-	1.474
Outros ativos		143	33
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>		<b>30.505</b>	<b>94.530</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Títulos e valores mobiliários	4	-	241
Tributos Compensáveis	6	1.245	651
Imobilizado	8	86.207	86.057
Direito de uso		141	167
Outros ativos		938	951
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>88.531</b>	<b>88.067</b>
<b>ATIVO TOTAL</b>		<b>119.036</b>	<b>182.597</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**BALANÇOS PATRIMONIAIS**  
**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022**  
**(Em milhares de Reais)**  
**PASSIVO**

	Nota	2023	2022
<b>CIRCULANTE</b>			
Fornecedores	9	4.551	1.850
Impostos, Taxas e Contribuições	10	872	1.073
Impostos de renda e de contribuição social a recolher	11a	146	-
Dividendos a pagar	14b	-	8.305
Arrendamentos		42	39
Outras Obrigações		603	603
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>		<b>6.214</b>	<b>11.871</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Impostos, Taxas e Contribuições	10	1.270	871
Impostos de renda e de contribuição social diferidos	11b	261	1.950
Provisão para desmobilização de ativos	13	18.759	17.103
Provisão para contingências	12	485	412
Arrendamentos		104	129
Outros passivos		93	89
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>20.972</b>	<b>20.554</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>27.186</b>	<b>32.425</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Capital social	14	35.000	85.835
Reservas de lucros		56.850	64.338
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>91.850</b>	<b>150.173</b>
<b>PASSIVO TOTAL</b>		<b>119.036</b>	<b>182.597</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de Reais, exceto o resultado por lote de mil ações)

	Nota	2023	2022
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	15	<b>65.163</b>	<b>61.461</b>
<b>CUSTOS</b>	16		
Custos com energia elétrica		(3.478)	(3.437)
Custos de operação		(22.733)	(19.798)
		<b>(26.211)</b>	<b>(23.235)</b>
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b>38.952</b>	<b>38.226</b>
<b>DESPESAS</b>	16		
Despesas Gerais e Administrativas		(1.397)	(1.477)
Outras Despesas Operacionais		(4.644)	(711)
		<b>(6.041)</b>	<b>(3.236)</b>
<b>Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro e Impostos</b>		<b>32.911</b>	<b>34.990</b>
Receitas financeiras	17	9.939	7.131
Despesas financeiras	17	(2.030)	(2.637)
		<b>7.909</b>	<b>4.494</b>
<b>Resultado Antes dos Impostos sobre o Lucro</b>		<b>40.820</b>	<b>39.484</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social correntes	12c	(7.131)	(3.044)
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	12c	1.689	(1.470)
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>		<b>35.378</b>	<b>34.970</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES**  
**PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022**

(Em milhares de Reais)

	2023	2022
RESULTADO DO EXERCÍCIO	35.378	34.970
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
<b>RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO</b>	<b>35.378</b>	<b>34.970</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de Reais)

	Capital Social	Reservas de Lucros		Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
		Reserva Legal	Reserva de Retenção de Lucros		
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021</b>	<b>85.835</b>	<b>2.247</b>	<b>35.426</b>	-	<b>123.508</b>
Aumento de capital	-	-	-	-	-
Resultado do exercício	-	-	-	34.970	34.970
<b>Destinação do resultado proposta à AGO:</b>					
Reserva Legal	-	1.749	-	(1.749)	-
Dividendos Estatutários	-	-	-	(8.305)	(8.305)
Reserva de retenção de lucros	-	-	24.916	(24.916)	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022</b>	<b>85.835</b>	<b>3.996</b>	<b>60.342</b>	-	<b>150.173</b>
Resultado do exercício	-	-	-	35.378	35.378
Aprovação de dividendos adicionais	-	-	(24.916)	-	(24.916)
Redução do Capital Social	(50.835)	-	-	-	(50.835)
<b>Destinação do resultado proposta à AGO:</b>					
Reserva Legal	-	1.769	-	(1.769)	-
Dividendos Intermediários 2023 (contempla mínimo obrigatório)	-	-	-	(17.950)	(17.950)
Dividendos adicionais propostos	-	-	15.659	(15.659)	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023</b>	<b>35.000</b>	<b>5.765</b>	<b>51.085</b>	-	<b>91.850</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de Reais)

	2023	2022
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Resultado do Exercício	35.378	34.970
<b>Ajustes por:</b>		
Depreciação e amortização (Nota 16)	9.016	9.674
Imposto de renda e contribuição social (Nota 12)	5.442	4.514
PIS/COFINS diferidos	127	(68)
Rendimentos financeiros sobre depósitos vinculados (Nota 17)	-	(186)
Variação monetária - desmobilização de ativos (Nota 12)	1.656	2.442
Provisões (Nota 15)	181	427
Juros Passivo de Arrendamento	39	2
Baixa líquida de ativo imobilizado e intangível (Nota 8)	340	24
Rendas de aplicações financeiras	(9.835)	(6.237)
	<b>42.344</b>	<b>45.562</b>
<b>(Aumento) Redução de Ativos</b>		
Contas a receber de clientes (Nota 5)	(2.494)	(1.658)
Tributos Compensáveis	(472)	-
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	365	(529)
Outros ativos	(107)	351
	<b>(2.708)</b>	<b>(1.836)</b>
<b>(Redução) Aumento de Passivos</b>		
Fornecedores (Nota 9)	2.701	(787)
Impostos, Taxas e Contribuições	71	373
Imposto de Renda e Contribuição Social	(3.266)	(2.042)
Provisão para contingências	(108)	(15)
Outras obrigações	(13)	87
	<b>(615)</b>	<b>(2.384)</b>
<b>Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais</b>	<b>39.021</b>	<b>41.342</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(3.719)	(1.002)
Juros Recebidos	9.745	1.608
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>45.047</b>	<b>41.948</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Aplicações em Títulos e Valores Mobiliários	(53.925)	(76.068)
Resgates em Títulos e Valores Mobiliários	111.242	48.922
Adição ao Imobilizado e ao Intangível (Nota 8)	(9.471)	(831)
Depósitos vinculados (Nota 7)	1.474	2.895
<b>CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO (GERADO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>49.320</b>	<b>(25.082)</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos Pagos	(51.171)	(7.268)
Redução de Capital Social	(50.835)	-
Arrendamentos pagos	(43)	(7)
<b>CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>(102.049)</b>	<b>(7.275)</b>
<b>VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>(7.682)</b>	<b>9.591</b>
<b>DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 3)	10.916	1.325
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício (Nota 3)	3.234	10.916
<b>VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>(7.682)</b>	<b>9.591</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

Em 27 de agosto de 2004, foi constituída a Central Eólica Praias de Parajuru S.A. (“Companhia” ou “Parajuru”), sociedade por ações de capital fechado, que tem como controladora a Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Cemig GT”) e como controladora final a Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”). A Companhia tem como objetivo a implantação, a exploração e a comercialização da energia elétrica da Central Eólica Praias de Parajuru, localizada no município de Beberibe, Estado do Ceará.

A Companhia foi autorizada a funcionar como produtora independente de energia elétrica pelo prazo de 30 anos, de acordo com a Resolução ANEEL nº 526/2002, com início de sua operação comercial em setembro/2009.

Em 20 de dezembro de 2018, a Central Eólica Praias de Parajuru S.A., passou a ser uma subsidiária integral da Cemig Geração e Transmissão (Cemig GT).

O aproveitamento da Central Eólica Praias de Parajuru S.A. é de 28,8 MW de potência instalada distribuídos em 19 aerogeradores. Toda sua energia é comercializada por meio do PROINFA.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia estava com todos os seus 19 aerogeradores em operação.

Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da empresa em continuar operando normalmente e entende que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

#### 2. BASE DE PREPARAÇÃO

##### 2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro (MCSE) e das normas definidas pela Aneel, quando estas não são conflitantes com os pronunciamentos do CPC.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração em sua gestão.

Em 04 de junho de 2024, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

## **2.2 Bases de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros, mensurados pelos seus valores justos e pelos seus valores justos menos despesas com vendas, de acordo com as normas aplicáveis, conforme detalhado na nota explicativa nº 19.

## **2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação**

Essas Demonstrações Financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

## **2.4 Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das Demonstrações Financeiras, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 8 – Imobilizado e Intangível (previsão de vida útil dos ativos);
- Nota 12 – Provisões (estimativa confiável do valor das obrigações);
- Nota 13 – Desmobilização de ativos;
- Nota 19 - Instrumentos Financeiros e Gestão de Riscos (mensuração dos valores justos).

## **2.5 Redução ao valor recuperável**

A Administração avalia, ao final de cada período de reporte, se ocorreram eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas dos seus ativos ou Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais

evidências identificadas, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da UGC e, tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é reconhecida a perda por desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

## 2.6 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023

As alterações apresentadas a seguir entraram em vigor em 01 de janeiro de 2023 e não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

Norma	Descrição da alteração
CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro – Definição de estimativas contábeis	A Companhia adotou as alterações ao CPC 23 pela primeira vez no exercício corrente. As alterações substituem a definição de mudança nas estimativas contábeis pela definição de estimativas contábeis. De acordo com a nova definição, estimativas contábeis são “valores monetários nas demonstrações financeiras sujeitos à incerteza na mensuração”. A definição de mudança nas estimativas contábeis foi excluída.
CPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis e	A Companhia adotou as alterações ao CPC 26 pela primeira vez no exercício corrente. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as entidades a fornecer informações úteis sobre políticas contábeis específicas da entidade que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações financeiras. A Companhia revisou a apresentação de suas políticas contábeis, julgando a materialidade das mesmas.
CPC 32 – Tributos sobre o lucro	A Companhia adotou as alterações ao CPC 32 pela primeira vez no exercício corrente. As alterações visam restringir o âmbito de aplicação da isenção de reconhecimento inicial, de modo que não se aplique a operações que deem origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias, resultando no reconhecimento de um ativo de impostos diferidos e um passivo de impostos diferidos por diferenças temporárias decorrentes do reconhecimento inicial de arrendamentos e provisões para desmantelamento. A Companhia já havia contabilizado o imposto diferido sobre arrendamentos e provisões para desmantelamento, resultando em um efeito semelhante ao das alterações propostas. Sendo assim, não houve impacto sobre os lucros e prejuízos acumulados de abertura em janeiro de 2023, ou qualquer impacto no resultado da Companhia, estando o efeito dessa adoção relacionado apenas à apresentação de ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos.

## 2.7 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

Norma	Descrição da alteração	Início da vigência
CPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis – Revisão da classificação de passivos como circulantes e não circulantes	Esclarece que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes na data do balanço, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas na data do balanço, e introduzem a definição de 'liquidação' para esclarecer que a liquidação se refere à transferência para uma contraparte de caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços.	01/01/2024
ICPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis, CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa e CPC 40 – Instrumentos financeiros: evidenciação – Acordos de financiamento de fornecedores (“Risco sacado”)	As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores (“Risco Sacado”) que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliarem os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. Para atender o objetivo de divulgação, a entidade deve divulgar, no todo, para seus acordos de financiamento de fornecedores, os termos e as condições dos acordos, o valor contábil, e correspondentes rubricas apresentadas no balanço patrimonial da entidade, dos passivos que fazem parte dos acordos, o valor contábil, e correspondentes rubricas pelas quais os fornecedores já receberam pagamento daqueles que fornecem o financiamento, as faixas das datas de vencimento dos pagamentos para os passivos financeiros que fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores e contas a pagar comparáveis que não fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores, e informações sobre o risco de liquidez.	01/01/2024
CPC 06 – Arrendamentos – Passivo de arrendamento em uma transação de “Sale and Leaseback	Acrescenta exigências de mensuração subsequente para transações de venda e <i>leaseback</i> , que satisfazem as exigências do CPC 47, para fins de contabilização como venda. As alterações requerem que o vendedor-arrendatário determine ‘pagamentos de arrendamento’ ou ‘pagamentos de arrendamento revisados’ de modo que o vendedor-arrendatário não reconheça um ganho ou perda relacionado ao direito de uso retido pelo vendedor-arrendatário, após a data de início. As alterações não afetam o ganho ou a perda reconhecida pelo vendedor-arrendatário relacionado ao término total ou parcial de um arrendamento. Sem essas novas exigências, um vendedor-arrendatário pode ter reconhecido um ganho sobre o direito de uso que retém exclusivamente devido à remensuração do passivo de arrendamento (por exemplo, após uma modificação ou mudança de arrendamento no prazo do arrendamento) que aplica as exigências gerais no CPC 06. Esse pode ter sido particularmente o caso em um retroarrendamento que inclui pagamentos de arrendamento variáveis que não dependem de um índice ou taxa.	01/01/2024

Em relação aos normativos em discussão no órgão competente ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou impactos significativos.

## 2.8 Reclassificação de itens nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC)

A Companhia efetuou ajustes de classificação de itens na DFC de forma a melhorar a qualidade da divulgação das informações contábeis.

A apresentação do movimento ocorrido na rubrica de Títulos e Valores Mobiliários era divulgada em bases líquidas, no fluxo das atividades de investimento. Em 2023, a Companhia segregou esse movimento, passando a apresentar os juros efetivamente recebidos como parte do fluxo de caixa das atividades operacionais e as aplicações e resgates, de forma separada, no fluxo de caixa das atividades de investimento. Além disso, a Companhia passou a ajustar o lucro com o montante total do imposto de renda reconhecido no resultado.

A fim de manter a comparabilidade, as informações correspondentes ao exercício de 2022 estão sendo apresentadas nesse mesmo critério.

## 2.9 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis, descritas em detalhe nas notas explicativas, têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, em conformidade às normas e regulamentos descritos no item 2.1 – Declaração de conformidade.

Adicionalmente, a Companhia adotou a alteração ocorrida no CPC 26 a partir de 1º de janeiro de 2023. As alterações estabelecem a divulgação das políticas contábeis “materiais”, em vez de “significativas”. Não houve nenhum impacto nas políticas contábeis adotadas pela Companhia, tendo afetado apenas a divulgação.

## 3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os caixas e equivalentes de caixa são compostos por saldos em contas correntes bancárias e aplicações de curto prazo com alta liquidez, sujeitos a risco insignificante de mudança de valor, mantidos para atender a gestão de caixa de curto prazo da Companhia, conforme segue:

	2023	2022
Contas bancárias	51	65
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários – CDB	108	109
Overnight	3.075	10.742
<b>Total</b>	<b>3.234</b>	<b>10.916</b>

Os **Certificados de Depósito Bancário – CDB** são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP, que foi de 99% do CDI em 2023 (94% a 99% do CDI em 2022).

As **operações de overnight** consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada que variou entre 11,42% a.a. a 11,65% a.a. em 31 de dezembro de 2023 (entre 13,62% a.a. e 13,64% a.a. em 31 de dezembro de 2022), e têm o objetivo de liquidar obrigações de curto prazo da Companhia ou serem utilizadas na compra de outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

Estão divulgados na nota explicativa nº 19 (i) a exposição da Companhia a riscos de taxas de juros (ii) a análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros e (iii) as políticas contábeis materiais. As aplicações financeiras em um fundo de investimento reservado estão demonstradas na nota explicativa nº 18.

#### 4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2023	2022
<b>Circulante</b>		
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	644	6.999
Letras Financeiras Bancos - LFs	4.161	41.681
Letras Financeiras do Tesouro - LFTs	1.876	14.692
Outros	69	364
	<b>6.750</b>	<b>63.736</b>
<b>Não Circulante</b>		
Debêntures	-	241
	-	241
	<b>6.750</b>	<b>63.977</b>

Os **Certificados de Depósito Bancário – CDB** são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP, que variou entre 103% a 104,3% em 31 de dezembro de 2023 (entre 103% a 104,4% em 31 de dezembro de 2022).

As **Letras Financeiras – Bancos (LFs)** são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). As Letras Financeiras que compõem a carteira da Companhia possuem taxa de remuneração que variaram entre 108,6% e 111,98% do CDI em 31 de dezembro de 2023 (entre 103,3% e 110,26% do CDI em 31 de dezembro de 2022).

As **Letras Financeiras do Tesouro (LFTs)** são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa SELIC diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título em 2023 variaram entre 11,83% a.a. a 11,85% a.a. (13,65% a.a. a 13,88% a.a. em 2022).

**Debêntures** são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem a seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures que compõem a carteira da Companhia possuem taxa de remuneração que variaram entre Taxa Referencial (TR) + 1% a 118,69% do CDI em 31 de dezembro de 2023 (entre Taxa Referencial (TR)+1% e 114,29% do CDI em 31 de dezembro de 2022).

As políticas contábeis materiais e a classificação destes títulos e valores mobiliários estão demonstradas na nota explicativa nº 19. As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas estão demonstradas na nota explicativa nº 18.

A Companhia classifica de forma consistente o rendimento desses títulos e valores mobiliários como parte do fluxo de caixa da atividade operacional, pois entendem que essa é a apresentação mais adequada de acordo com suas atividades.

## 5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	2023	2022
<b>Ativo Circulante</b>		
Venda de energia faturada	8.546	9.517
Ajuste de energia (a)	10.602	7.137
<b>Total do contas a receber</b>	<b>19.148</b>	<b>16.654</b>

(a) O ajuste de excedente de energia refere-se à diferença entre a energia efetivamente gerada e a energia contratada pela Eletrobras no ano corrente. O valor do ajuste de energia gerada ao final dos doze meses do ano corrente, positivo ou negativo, será liquidado em doze parcelas iguais, mensais e consecutivas, incluídas no faturamento ao longo do próximo exercício e garantia de pagamento pela Eletrobrás de valor mínimo de faturamento mensal correspondente à 70% da energia contratada.

	2023	2022
Energia gerada em MWh	91.533	82.610
Energia faturada/contratada em MWh	73.525	73.525
<b>Ajuste de energia em MWh</b>	<b>18.008</b>	<b>9.085</b>
<b>Ajuste de energia em R\$ mil</b>	<b>10.602</b>	<b>7.137</b>

A exposição da Companhia a risco de crédito está divulgada na nota explicativa nº 18.

### Política contábil

As contas a receber de clientes são registradas inicialmente pelo valor da energia fornecida, faturado e não faturado e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado.

## 6. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	2023	2022
<b>Circulante</b>		-
COFINS	977	183
PASEP	253	847
Imposto de renda e Contribuição social a Recuperar	-	687
	<b>1.230</b>	<b>1.717</b>
<b>Não Circulante</b>		
COFINS	164	535
PASEP	759	116
Imposto de renda e contribuição social a Recuperar	322	-
<b>Total</b>	<b>1.245</b>	<b>651</b>

## 7. DEPÓSITOS VINCULADOS

	2023	2022
<b>Depósitos Vinculados – Contas Bancárias</b>		
Conta centralizadora	-	1
<b>Depósitos Vinculados – Aplicações Financeiras</b>		
Conta reserva especial	-	1.287
Atualização financeira	-	186
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>1.474</b>

Os depósitos vinculados referem-se ao contrato de financiamento com a Caixa Econômica Federal.

A conta centralizadora, recebedora das receitas oriundas do contrato com o Proinfa, era utilizada pela Caixa Econômica Federal para depósito nas contas reserva, reserva especial e para pagamento das obrigações do contrato de dívida. Devido à amortização antecipada da dívida, apenas a reserva especial deverá ser mantida e os recursos remanescentes são liberados para livre movimentação. Em 18 de abril de 2023, a Caixa Econômica Federal emitiu o termo de quitação e liberação das garantias, desta forma a partir do 2º trimestre de 2023, não será mais necessário manter o depósito nas contas reserva, reserva especial e para pagamento das obrigações do contrato de dívida.

## 8. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

	Taxa média anual de depreciação/amortização (%)	2023			2022		
		Custo	Depreciação / Amortização Acumulada	Valor Líquido	Custo	Depreciação / Amortização Acumulada	Valor Líquido
<b>Intangível</b>							
Licença de uso de software	19,42	32	(32)	-	32	(32)	-
<b>Total do Intangível</b>		<b>32</b>	<b>(32)</b>	<b>-</b>	<b>32</b>	<b>(32)</b>	<b>-</b>
<b>Imobilizado em serviço</b>							
Móveis e utensílios	6,25	37	(25)	12	37	(22)	15
Máquinas e equipamentos	5,00	208.858	(130.347)	78.511	205.284	(121.374)	83.910
Edificações, obras civis e benfeitorias	9,52	47	(8)	39	47	(3)	44
Imobilizado em curso	5,00	7.645	-	7.645	2.088	-	2.088
<b>Total do Imobilizado</b>		<b>216.587</b>	<b>(130.380)</b>	<b>86.207</b>	<b>207.456</b>	<b>(121.399)</b>	<b>86.057</b>
<b>Total Imobilizado + Intangível</b>		<b>216.619</b>	<b>(130.412)</b>	<b>86.207</b>	<b>207.488</b>	<b>(121.431)</b>	<b>86.057</b>

A movimentação do imobilizado e do intangível é como segue:

	Valor Bruto em 2022	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Valor Bruto em 2023	Adições Líquidas = (A) + (B) + (C)	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 2023
<b>Intangível</b>								
Licença de uso de software	32	-	-	-	32	-	(32)	-
<b>Total do Intangível</b>	<b>32</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>32</b>	<b>-</b>	<b>(32)</b>	<b>-</b>
<b>Imobilizado em serviço</b>								
Máquinas e equipamentos	205.284	-	-	3.574	208.858	3.574	(130.347)	78.511
Móveis e utensílios	37	-	-	-	37	-	(25)	12
Edificações, obras civis e benfeitorias	47	-	-	-	47	-	(8)	39
Imobilizado em curso	2.088	9.471	(340)	(3.574)	7.645	5.557	-	7.645
<b>Total do Imobilizado</b>	<b>207.456</b>	<b>9.471</b>	<b>(340)</b>	<b>-</b>	<b>216.587</b>	<b>9.131</b>	<b>(130.380)</b>	<b>86.207</b>
<b>Imobilizado + Intangível</b>	<b>207.488</b>	<b>9.471</b>	<b>(340)</b>	<b>-</b>	<b>216.619</b>	<b>9.131</b>	<b>(130.412)</b>	<b>86.207</b>

	Valor Bruto em 2021	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Valor Bruto em 2022	Adições Líquidas = (A) + (B) + (C)	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 2022
<b>Intangível</b>								
Licença de uso de software	32	-	-	-	32	-	(32)	-
<b>Total do Intangível</b>	<b>32</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>32</b>	<b>-</b>	<b>(32)</b>	<b>-</b>
<b>Imobilizado em serviço</b>								
Máquinas e equipamentos	206.534	-	(1.450)	1.291	205.284	(159)	(121.374)	83.910
Móveis e utensílios	37	-	-	-	37	-	(22)	15
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	47	47	47	(3)	44
<b>Imobilizado em curso</b>	<b>2.595</b>	<b>831</b>	<b>-</b>	<b>(1.338)</b>	<b>2.088</b>	<b>(507)</b>	<b>-</b>	<b>2.088</b>
<b>Total do Imobilizado</b>	<b>208.075</b>	<b>831</b>	<b>(1.450)</b>	<b>(48)</b>	<b>207.456</b>	<b>(619)</b>	<b>(121.399)</b>	<b>86.057</b>
<b>Imobilizado + Intangível</b>	<b>208.107</b>	<b>831</b>	<b>(1.450)</b>	<b>(48)</b>	<b>207.488</b>	<b>(619)</b>	<b>(121.431)</b>	<b>86.057</b>

Os ativos imobilizados são depreciados pelo método linear e as taxas utilizadas são as definidas pela ANEEL. Com exceção dos ativos que possuem vida útil superior a data de término da concessão, uma vez que estes ativos, desde que pertencentes ao projeto original, não serão indenizados ao término da concessão. As principais taxas anuais de depreciação, que consideram a vida útil esperada dos ativos, são revisadas anualmente pela Administração. Em 2023, a taxa média de depreciação anual foi de 5,00% (5,00% em 2022), para o imobilizado e 19,42% para o intangível (20% em 2022).

### Política contábil

Os ativos imobilizados são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição ou formação, e encargos financeiros capitalizados, deduzidos da depreciação acumulada e de perdas por redução ao valor recuperável, se houver.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo imobilizado são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento de sua baixa.

Os ativos intangíveis compreendem, principalmente, os ativos referentes aos contratos de concessão de serviços descritos anteriormente e *softwares*. São mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

### Estimativas e julgamentos

A depreciação e amortização são calculadas sobre o saldo das imobilizações em serviço e investimentos em consórcio pelo método linear, mediante aplicação das taxas que refletem a vida útil estimada dos bens, para os ativos relacionados às atividades de energia elétrica, limitadas, em determinadas situações ao prazo dos contratos de concessão aos quais se referem.

Os componentes relevantes de determinados ativos que são substituídos ao longo da vida útil econômica do ativo principal são reconhecidos de forma separada e depreciados pelo período estimado até a sua substituição. Os gastos com manutenções periódicas são reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos.

Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento de ativos intangíveis, correspondente à

diferença entre o seu valor contábil e o valor líquido da venda, é reconhecido na Demonstração do Resultado como “Outras despesas, líquidas”.

## 9. FORNECEDORES

	2023	2022
Materiais e serviços	4.274	1.690
Encargos de uso da rede elétrica	277	160
<b>Total</b>	<b>4.551</b>	<b>1.850</b>

## 10. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	2023	2022
<b>Circulante</b>		
ICMS	15	-
COFINS	316	487
PASEP	68	105
INSS	208	303
Outros	265	178
	<b>872</b>	<b>1.073</b>
<b>Não Circulante</b>		
COFINS	1.044	716
PASEP	226	155
	<b>1.270</b>	<b>871</b>
<b>Total</b>	<b>2.142</b>	<b>1.944</b>

## 11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

### a) Imposto de Renda e Contribuição Social a Recolher

	2023	2022
<b>Circulante</b>		
Imposto de Renda	(184)	-
Contribuição Social	330	-
<b>TOTAL</b>	<b>146</b>	<b>-</b>

### b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

	2023	2022
<b>Não Circulante</b>		
Imposto de Renda	174	1.425
Contribuição Social	87	525
<b>TOTAL</b>	<b>261</b>	<b>1.950</b>

A Companhia possui passivos fiscais diferidos constituídos sobre saldos de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, às alíquotas de 25% e 9%, referentes a imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido. A composição e a movimentação dos passivos fiscais diferidos é como segue:

	Saldo em 31/12/2023	DRE	DRA	Saldo em 31/12/2022
<b>Não Circulante</b>				
Imposto de Renda LP Caixa X Competência	174	1.251	-	1.425
Contribuição Social LP Caixa X Competência	87	438	-	525
	<b>261</b>	<b>1.689</b>	<b>-</b>	<b>1.950</b>

### c) Imposto de Renda e Contribuição Social

	2023	
	Imposto Renda	Contribuição Social
<b>LUCRO PRESUMIDO</b>		
Suprimento Bruto de Energia Elétrica	64.279	64.279
Percentual de Presunção	8%	12%
	<b>5.142</b>	<b>7.713</b>
Receita financeira sobre resgate efetivo de aplicações	15.159	15.159
Outras receitas financeiras	62	62
Base de Cálculo Lucro Presumido	20.364	22.935
Alíquota	15%	9%
<b>IR e CS</b>	<b>3.055</b>	<b>2.064</b>
Adicional (10% s/ valor superior a R\$240)	2.012	-
<b>IR e CS - Lucro Presumido</b>	<b>5.067</b>	<b>2.064</b>
Rendas não resgatadas	5.283	5.283
Alíquota	25%	9%
<b>IRPJ/CSLL Diferidos</b>	<b>1.321</b>	<b>475</b>
<b>LUCRO PRESUMIDO - REGIME CAIXA X COMPETÊNCIA</b>		
Receita não tributada pelo regime caixa (receita diferida)	(3.466)	(3.466)
Percentual de Presunção	8%	12%
Base de Cálculo Lucro Presumido	(277)	(416)
Alíquota	25%	9%
<b>IR e CS - Lucro Presumido</b>	<b>(69)</b>	<b>(37)</b>
<b>Corrente</b>	<b>5.067</b>	<b>2.064</b>
<b>Diferido</b>	<b>(1.251)</b>	<b>(438)</b>

	2022	
	Imposto Renda	Contribuição Social
<b>LUCRO PRESUMIDO</b>		
Suprimento Bruto de Energia Elétrica	65.762	65.762
Percentual de Presunção	8%	12%
	<b>5.261</b>	<b>7.891</b>
Receita financeira sobre resgate efetivo de aplicações	2.531	2.531
Outras receitas financeiras	108	-
<b>Base de Cálculo Lucro Presumido</b>	<b>7.900</b>	<b>10.422</b>
Alíquota	15%	9%
<b>IR e CS</b>	<b>1.185</b>	<b>938</b>
Adicional (10% s/ valor superior a R\$240)	766	108

	2022	
	Imposto Renda	Contribuição Social
<b>IR e CS - Total</b>	<b>1.951</b>	<b>1.046</b>
Rendas não resgatadas	4.492	4.492
Alíquota	25%	9%
	<b>1.123</b>	<b>404</b>
Receita por competência (receita diferida)	1.870	1.870
Percentual de Presunção	8%	12%
Base de Cálculo	150	224
Alíquota	25%	9%
	<b>38</b>	<b>20</b>
<b>IR e CS Diferidos</b>	<b>1.161</b>	<b>424</b>
<b>Despesa com imposto de renda e contribuição social</b>	<b>3.112</b>	<b>1.470</b>
Corrente	1.951	948
Diferido	1.086	384

### Política contábil

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (8% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.

A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (12% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras.

Um passivo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por diferenças temporárias tributáveis referentes a receitas tributadas pelo regime de caixa.

## 12. PROVISÕES

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia é parte dos seguintes processos judiciais e administrativos:

	2022	Adições	Reversões	Liquidações	2023
<b>Provisões</b>					
Tributárias	-	98	-	(98)	-
Outras	412	79	-	(6)	485
	<b>412</b>	<b>177</b>	<b>-</b>	<b>(104)</b>	<b>485</b>
	2021	Adições	Reversões	Liquidações	2022
<b>Provisões</b>					
Tributárias	-	-	-	-	-
Outras	-	412	-	-	412
	<b>-</b>	<b>412</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>412</b>

### Outras

Em 2023, houve a reavaliação da probabilidade de perda de processos judiciais relacionados a indenizações para aquisição de áreas de servidão para passagem de linhas de transmissão de energia, sendo o valor provisionado de R\$485 (R\$412 em 31 de dezembro de 2022).

Em 31 de dezembro de 2023, os passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada possível e a Companhia acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial, são:

### Tributárias

Também é parte de processos judiciais relativos a tributos, onde são discutidos, entre outros, assuntos a respeito do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), sendo o valor da contingência, aproximadamente, de R\$25.768 em 31 de dezembro de 2023 (R\$24.045 em 31 de dezembro de 2022).

### Política contábil

Os valores das provisões são reconhecidos somente nas despesas operacionais. Os processos relevantes que possuem depósitos judiciais em garantia são provisionados com base no valor atualizado do saldo do depósito realizado somente quando estes representarem a provável saída de caixa para liquidar a obrigação e nenhuma outra saída de caixa for exigida.

### Estimativas e julgamentos

Em relação ao passivo contingente, é uma obrigação possível que resulta de eventos passados, cuja confirmação depende de um ou mais eventos futuros incertos e não totalmente sob controle da Companhia. Trata-se de uma obrigação não reconhecida, uma vez que não é provável que haja uma exigência de saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação, mas são divulgados em notas explicativas. Na divulgação, é realizada uma breve descrição da natureza do passivo contingente, uma indicação das incertezas sobre o valor do eventual desembolso, ou sobre o valor de qualquer reembolso esperado, quando for o caso.

## **13. DESMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS**

A Companhia possui contrato de arrendamento de terreno, que contém obrigação de retirada dos aerogeradores ao final do prazo do contrato e cujo impacto contábil é avaliado em consonância com o ICPC 12 – Mudanças em Passivos por Desativação, Restauração e Outros Passivos Similares. Assim, em atendimento ao CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos contingentes, deve-se constituir a provisão de desmobilização de ativos, para fazer face às responsabilidades relativas às despesas com a reposição dos locais e terrenos em seu estado original. Adicionalmente, na mensuração inicial do ativo, deve-se considerar os custos de desmontagem e remoção do item e restauração do terreno no qual este está instalado, em aderência ao CPC 27.

Conforme previsto na Resolução Autorizativa ANEEL nº 526/2002, a Companhia está autorizada a operar até setembro de 2032. É esperado que, após o encerramento do prazo de autorização da operação, seja efetuada a desmobilização dos ativos instalados no terreno arrendado, data na qual espera-se que sejam efetuados os desembolsos dos valores provisionados. Considerada a incerteza dos valores de desembolsos futuros, decorrente de potenciais variações nos custos estimados para executar a desmobilização, a Companhia efetuou o registro da provisão pela melhor estimativa atual, de acordo com as determinações do CPC 25. Em 31 de dezembro de 2023 a taxa de desconto utilizada para o cálculo do valor presente dos custos estimados para desmobilização foi a NTN-B Principal 5,23% a.a.

<b>Ativo</b>	
<b>Valor presente dos custos estimados em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>2.052</b>
Amortização	(191)
Remensuração (1)	(1.397)
<b>Valor presente dos custos estimados em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>464</b>
Amortização	(48)
Remensuração (1)	-
<b>Valor presente dos custos estimados em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>416</b>
<b>Passivo</b>	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>16.058</b>
Variação Monetária	2.442
Remensuração (1)	(1.397)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>17.103</b>
Variação Monetária	1.656
Remensuração (1)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>18.759</b>

- (1) Em atendimento ao CPC 25, a Companhia reavaliou a taxa de desconto utilizada para refletir em valor presente os custos estimados para desmobilização do parque eólico. Considerando que a variação da NTN-B Principal foi significativa, a Companhia aplicou o efeito da mudança da taxa de desconto na remensuração, sendo a taxa de 6,07%.

## 14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social subscrito e integralizado era de R\$35.000 (R\$85.835 em 31 de dezembro de 2022), representado por 35.000.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal (85.834.843 em 31 de dezembro de 2022), de propriedade integral da Cemig Geração e Transmissão S.A.

Foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária (AGE), realizada em 01 de junho de 2023, a redução de capital social da Companhia no montante de R\$50.835. Assim, o capital social passou de R\$85.835 para R\$35.000.

O controle acionário da Companhia não poderá ser transferido, cedido ou de qualquer forma, alienado, direta ou indiretamente, gratuita ou onerosamente, sem a prévia concordância da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

## b) Reservas

### Reserva de Lucros

A composição da conta de reservas de lucros é demonstrada como segue:

	2023	2022
Reservas de lucros		
Reserva legal	5.765	3.996
Reserva de Retenção de Lucros	51.085	60.342
	<b>56.850</b>	<b>64.338</b>

### Reserva Legal

A constituição da Reserva Legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do Capital Social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. A Companhia constituiu R\$1.769 de Reserva Legal em 2023, correspondendo a 5,00% do lucro apurado no exercício.

### Reserva de Retenção de Lucros

A reserva de retenção de lucros refere-se aos lucros não distribuídos para garantir a execução do Programa de Investimentos da Companhia. As retenções são suportadas pelos orçamentos de capital aprovados pela Diretoria Executiva da Companhia.

O Estatuto Social da Companhia determina o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de 50% do Lucro Líquido do exercício, ajustado conforme a Lei. No 2º trimestre de 2023 a Caixa Econômica Federal – CEF, emitiu o termo de quitação e liberação das garantias o que encerrou a obrigatoriedade de redução do limite de dividendos para 25%.

## c) Dividendos

A obrigação de pagar dividendos é reconhecida quando a distribuição é autorizada ou conforme previsão legal e/ou estatuto social. Diante da legislação aplicável e do Estatuto da Companhia, que prevê um pagamento de dividendos mínimos de 50% do lucro líquido do exercício.

Os dividendos declarados, obrigatórios ou extraordinários, são pagos em 2 (duas) parcelas, a primeira até 30 de junho e a segunda até 31 de dezembro do ano subsequente à geração do lucro, cabendo à Diretoria, observados estes prazos, determinar os locais e processos de pagamento.

O Art. 204 da Lei das SA estabelece que o Estatuto Social poderá autorizar os órgãos de Administração a declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

O estatuto social da Companhia estabelece que a Diretoria Executiva poderá declarar dividendos extraordinários, adicionais, intermediários ou intercalares, inclusive com antecipação total ou parcial do dividendo obrigatório do exercício em curso, à conta de reserva de lucros acumulados, de reservas de lucros ou de lucros apurados em balanços semestrais ou intermediários.



O cálculo dos dividendos foi feito conforme abaixo:

	2023	2022
<b>Dividendos Obrigatórios</b>		
Resultado do Exercício	35.378	34.970
Reserva Legal Constituída	(1.769)	(1.749)
	<b>33.609</b>	<b>33.221</b>
<b>Dividendos Mínimos Obrigatórios – 50%</b>	<b>16.805</b>	<b>8.305</b>

#### Destinação do resultado de 2023 – Proposta da Administração

Diretoria deliberou encaminhar à Assembleia Geral Ordinária – AGO, a ser realizada em 2024, que, ao resultado do exercício de 2023, no montante de R\$35.378, seja dada a seguinte destinação:

- R\$1.769 sejam destinados para constituição de reserva legal;
- R\$17.950 a título de dividendos intermediários pagos, contemplando o valor de dividendos mínimos obrigatórios de R\$16.805 mil; e
- R\$15.659 para pagamento de dividendos adicionais propostos.

Os dividendos devem ser pagos aos acionistas até 31 de dezembro de 2024, conforme disponibilidade de Caixa e a critério da Diretoria, fazendo jus ao recebimento os acionistas que tiverem seus nomes inscritos no Livro de Registro de Ações Nominativas na data da Assembleia Geral que deliberar sobre esse assunto.

#### d) **Movimentação dos dividendos**

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>33.221</b>
Pagamento de dividendos obrigatórios ref. 2022	(8.305)
Mantido na reserva de retenção de lucros ref. 2022	(24.916)
Proposta de dividendos obrigatórios ref. 2023	17.950
Proposta de dividendos adicionais ref. 2023	15.659
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>33.609</b>

#### e) **Pagamento dos dividendos**

Pagamento de dividendos estatutários ref. 2022	8.305
Pagamento de dividendos adicionais ref. 2022	24.916
Pagamento de dividendos intercalares ref. 2023	17.950
<b>Saldo</b>	<b>51.171</b>

## 15. RECEITA

	2023	2022
Venda de energia	67.745	63.891
Deduções à receita operacional (a)	(2.582)	(2.430)
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>65.163</b>	<b>61.461</b>

### (a) Deduções à Receita Operacional

	2023	2022
PIS/COFINS correntes	(2.346)	(2.332)
PIS/COFINS diferidos	(127)	68
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica	(109)	(98)
<b>Total das deduções</b>	<b>(2.582)</b>	<b>(2.430)</b>

### Política contábil

As receitas são reconhecidas quando existem evidências convincentes de acordos, quando ocorre a entrega de energia, os preços são fixados ou determináveis, e o recebimento é razoavelmente assegurado. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização.

O faturamento é feito em bases mensais. O fornecimento de energia não faturado, do período entre o último faturamento e o final de cada mês, é estimado com base na sazonalização prevista para cada um dos contratos. As diferenças entre os valores estimados e os realizados não têm sido relevantes e são contabilizadas no mês seguinte. O fornecimento de energia ao sistema nacional interligado é registrado quando ocorre o fornecimento e é faturado mensalmente. A Companhia auferir receitas provenientes principalmente pelo suprimento de energia elétrica e reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação a receber no momento que a energia é suprida, mediante a multiplicação do consumo físico medido pela tarifa negociada/contratada.

## 16. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

### a) Custos com energia elétrica

	2023	2022
Encargos de uso da rede básica de transmissão	3.478	3.437
	<b>3.478</b>	<b>3.437</b>

### b) Custos e despesas

	Custos		Despesas		Total	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Material	713	1.182	-	-	713	1.182
Pessoal e administradores	-	-	1.397	1.477	1.397	1.477
Depreciação e amortização	9.016	9.674	-	-	9.016	9.674
Serviços de terceiros	11.733	7.394	1.003	711	12.736	8.105
Provisão (Reversão) para contingências	-	-	181	427	181	427
Despesa contratual e regulatória	-	-	2.807	-	2.807	-
Arrendamentos e Aluguéis	1.260	1.538	-	-	1.260	-
Outros	11	10	653	621	664	2.169
<b>Total</b>	<b>22.733</b>	<b>19.798</b>	<b>6.041</b>	<b>3.236</b>	<b>28.774</b>	<b>23.34</b>

### c) Serviços de terceiros

	2023	2022
Manutenção, Conservação e Instalação	8.904	4.547
Mão de obra contratada	1.388	1.286
Tecnologia da Informação	366	278
Vigilância	324	320
Meio Ambiente	187	68
Conservação e Limpeza de Prédios	140	59
Auditoria Externa	34	45
Consultoria	14	-
Transporte	57	-
Regularização de Imóveis	93	-
Estudos e avaliações de imóveis	52	-
Outros	1.177	1.502
<b>TOTAL</b>	<b>12.736</b>	<b>8.105</b>

## 16. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2023	2022
Receitas Financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	9.877	7.023
Rendimentos financeiros sobre depósitos vinculados	46	71
Outras receitas financeiras	16	37
	<b>9.939</b>	<b>7.131</b>
Despesas Financeiras		
Variação monetária – Provisão para desmobilização de ativos	(1.656)	(2.442)
Outras despesas financeiras	(374)	(195)
	<b>(2.030)</b>	<b>(2.637)</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>7.909</b>	<b>4.494</b>

### Política contábil

As receitas financeiras referem-se, principalmente, a receita de aplicação financeira. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras referem-se, basicamente, aos juros sobre empréstimos e financiamentos e à variação monetária da provisão para desmobilização de ativos.

## 17. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações consolidados, bem como as principais condições relacionadas aos negócios com partes relacionadas da Companhia estão demonstradas a seguir:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
<b>Convênio de compartilhamento</b>								
Companhia Energética de Minas Gerais	-	-	586	-	-	-	(586)	-
Cemig Geração e Transmissão	-	-	-	584	-	-	(741)	(1.786)
<b>Convênio de compartilhamento - O&amp;M</b>								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	223	99	-	-	(1.388)	(1.177)

A Companhia possui dois contratos de compartilhamento de gastos com empresas do Grupo, trata-se do convênio de compartilhamento recursos humanos e infraestrutura e do convênio de operação e manutenção da geração de energia elétrica.

O convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo foi anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016 e inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática.

Já o convênio de compartilhamento recursos humanos e infraestrutura entre Cemig Geração e Transmissão e suas subsidiárias integrais de geração foi anuído pelo Despacho Aneel 1.319/2020 e inclui, apenas, o reembolso de despesas relacionadas aos processos de engenharia, operação e manutenção da geração de energia elétrica.

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
<b>Notas de crédito</b>								
Central Eólica Volta do Rio S.A.	843	843	-	-	-	-	-	-

A Companhia possui direito a reembolso junto à Central Eólica Volta do Rio em função de pagamentos de despesas realizados em nome das Centrais Eólicas Praias de Parajuru por serviços prestados pela WEG para a recuperação integral de um gerador síncrono (protótipo).

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
<b>FIC Pampulha</b>								
<b>Circulante</b>								
Caixa e equivalentes	3.075	10.742	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	6.750	63.736	-	-	124	5.219	-	-
<b>Não circulante</b>								
Títulos e valores mobiliários	-	241	-	-	-	-	-	-

A Companhia aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Cemig. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica “Títulos e Valores Mobiliários” e “Caixa e equivalentes de caixa”, no ativo circulante e não circulante.

Os recursos destinados ao fundo de investimento foram alocados em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos, apenas, a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

### Remuneração do pessoal-chave da administração

Os custos totais com o pessoal-chave da administração, composto pela Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 são demonstrados na tabela abaixo:

	2023	2022
Remuneração	91	82
Participação nos resultados	20	20
Previdência privada	7	6
Planos de saúde e odontológico	-	1
<b>Total (1)</b>	<b>118</b>	<b>109</b>

- (1) A Companhia não remunera diretamente os membros do pessoal-chave da administração, sendo remunerados pelo acionista controlador. O reembolso dessas despesas é realizado por meio do convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo, anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016.

## 18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

### a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as políticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

	Nível	2023		2022	
		Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
<b>Ativos</b>					
<b>Custo amortizado</b>					
Contas a receber de clientes		19.148	19.148	16.654	16.654
Títulos e valores mobiliários		69	69	9.154	9.154
Partes relacionadas notas de crédito		879	879	842	842
Depósitos vinculados – Aplicações financeiras		-	-	1.473	1.473
		<b>20.096</b>	<b>20.096</b>	<b>28.123</b>	<b>28.123</b>
<b>Valor justo por meio do resultado</b>					
Equivalentes de Caixa – Aplicações financeiras	2	3.183	3.183	10.851	10.851
Títulos e valores mobiliários					
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	2	644	644	6.999	6.999
Letras Financeiras Bancos - LFs	2	4.161	4.161	33.132	33.132
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	1.876	1.876	14.692	14.692
		<b>9.864</b>	<b>9.864</b>	<b>65.674</b>	<b>65.674</b>
		<b>29.960</b>	<b>29.960</b>	<b>93.797</b>	<b>93.797</b>
<b>Passivos</b>					
<b>Custo amortizado</b>					
Fornecedores		(4.551)	(4.551)	(1.850)	(1.850)
		<b>(4.551)</b>	<b>(4.551)</b>	<b>(1.850)</b>	<b>(1.850)</b>

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros a valor justo e classifica os mesmos conforme as normas contábeis vigentes. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo:** Preço Cotado - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo:** Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

- **Nível 3. Sem Mercado Ativo:** Título Patrimonial - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

### Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do investimento, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de investimentos similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

### **b) Gestão de riscos**

O Gerenciamento de Riscos corporativos é uma ferramenta de Gestão Integrante das práticas de Governança Corporativa alinhada com o Processo de Planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

#### *Risco de taxas de juros*

A Companhia está exposta a variação das taxas de juros nacionais, relacionados às variações da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP e Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI, conforme demonstrado a seguir:

	2023	2022
<b>Ativos Financeiros</b>		
Equivalentes de Caixa – Aplicações financeiras	3.183	10.851
Títulos e Valores Mobiliários	6.750	63.977
Depósitos vinculados – Aplicações financeiras	-	1.473
<b>Ativo Líquido Exposto</b>	<b>9.933</b>	<b>76.301</b>

### **Risco de Liquidez**

A Companhia apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Companhia administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente o seu Fluxo de Caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das empresas, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em Política de Aplicações, manejando seus recursos em fundos de investimento de crédito privado, sem riscos

de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDB's ou operações de overnight remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a Companhia busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta *ratings*, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com dívidas pactuadas, incluindo as atualizações monetárias até as datas de vencimentos contratuais, está apresentado conforme abaixo.

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
<b>Passivos Financeiros</b>						
Fornecedores	3.976	575	-	-	-	4.551
Passivo de arrendamento	4	8	31	122	-	165
	<b>3.980</b>	<b>583</b>	<b>31</b>	<b>122</b>	<b>-</b>	<b>4.716</b>

### Risco de crédito

Risco decorrente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

### Risco de taxa de juros

Este risco advém do impacto das oscilações das taxas de juros nacionais sobre o resultado financeiro líquido composto pelas receitas financeiras atreladas às aplicações financeiras realizadas pela Companhia. A Companhia não utiliza da contratação de instrumentos financeiros derivativos para proteção desse risco. A variação das taxas de juros é continuamente monitorada com o objetivo de avaliar a necessidade de contratação de instrumentos financeiros que mitiguem esse risco.

### Risco da escassez de vento

Esse risco decorre da possibilidade da falta de vento ocasionada por fatores naturais, que poderá acarretar a redução da quantidade de energia gerada e, conseqüentemente, na redução da rentabilidade do negócio.

### Política contábil

Os instrumentos financeiros podem ser classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado, mediante análise das características do fluxo de caixa contratual e do modelo de negócios da Companhia para gestão destes instrumentos financeiros. Atualmente, a Companhia não possui instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

As correspondentes divulgações sobre as principais premissas utilizadas nas avaliações ao valor justo são resumidas nas respectivas notas explicativas.

### ***Mensurados ao custo amortizado***

Encontram-se nesta categoria os ativos financeiros que (i) são mantidos dentro do modelo de negócio da Companhia com o objetivo de receber fluxos de caixas contratuais e (ii) os termos contratuais desses ativos dão origem a fluxos de caixa conhecidos que constituem, exclusivamente, pagamento de principal e juros, conforme segue:

- Contas a receber de clientes;
- títulos e valores mobiliários para os quais há a intenção positiva de mantê-los até o vencimento e os seus termos contratuais originam fluxos de caixa conhecidos que constituem, exclusivamente, pagamentos de principal e juros;
- valores a receber de partes relacionadas.

Encontram-se nessa categoria os seguintes passivos financeiros:

- fornecedores;

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

### **Estimativas e julgamentos**

#### ***Valor justo por meio do resultado***

Encontram-se nesta categoria os equivalentes de caixa e os títulos e valores mobiliários que não são classificados como custo amortizado.

As correspondentes divulgações sobre as principais premissas utilizadas nas avaliações ao valor justo são resumidas nas respectivas notas explicativas.

## 19. COMPROMISSOS

### Arrendamentos

A Companhia possui compromisso referente ao contrato de arrendamentos de terras. Os pagamentos efetuados para arrendamento são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento. Os arrendamentos referem-se, preponderantemente, ao terreno onde estão instaladas as torres eólicas da Companhia e possuem as seguintes características:

Área (ha)	Início (Vigência)	Fim (Vigência)	Prazo	Pagamento Mensal
367,02	02/02/2002	02/02/2030	28 anos	2% da Receita Operacional

\*\*\*\*\*

Sérgio Teixeira de Castro  
Diretor

Leonardo George de Magalhães  
Diretor-Presidente, em exercício

Mário Lúcio Braga  
Superintendente de Controladoria

José Guilherme Grigolli Martins  
Gerente de Contabilidade Financeira e  
Participações  
Contador - CRC - 1SP/242451-O4



## PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os Conselheiros Fiscais da Central Eólica Praias de Parajuru S.A., infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, reunidos nesta data, examinaram a proposta de destinação do Lucro Líquido do exercício de 2023, no montante de R\$35.378 mil, a ser destinado da seguinte forma: R\$1.769 mil para constituição de reserva legal, conforme legislação vigente; R\$15.659 mil para pagamento de dividendos adicionais propostos; e R\$17.950 mil a título de dividendos intermediários pagos, contemplando o valor de dividendos mínimos obrigatórios de R\$16.805 mil. Os dividendos devem ser pagos aos acionistas até 31 de dezembro de 2024, conforme disponibilidade de Caixa e a critério da Diretoria, fazendo jus ao recebimento os acionistas que tiverem seus nomes inscritos no Livro de Registro de Ações Nominativas na data da Assembleia Geral que deliberar sobre esse assunto. Após apresentação feita pela Administração da Companhia e considerando, ainda, o Parecer e os esclarecimentos prestados pelos auditores independentes, os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, opinaram favoravelmente à sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária de 2024.

Belo Horizonte, 12 de junho de 2024.

Francisco Luiz Moreira Penna, Conselheiro

Nelson Tamietti, Conselheiro

Paulo Roberto de Brito Mosqueira, Conselheiro